



VICTOR CORREIA (INTERINO)  
victorcorreia.df@dabr.com.br

## Lula rebate derrotas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva bateu de frente com o Congresso no apagar das luzes de 2023. Três medidas anunciadas ontem contrariam decisões tomadas pelo Legislativo e foram tomadas como afrontas por parlamentares. Todas dizem respeito a derrotas governistas durante o ano.

Lula decidiu não sancionar o marco temporal da demarcação de terras indígenas, deixando a responsabilidade para o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e vetou os trechos mais importantes do chamado “PL do Veneno”, que regulamenta o registro, pesquisa, produção e venda de agrotóxicos. Também foi mal recebido o anúncio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de uma medida provisória (MP) para acabar, gradualmente, com a desoneração da folha de pagamentos, apesar da decisão dos legisladores para manter a medida.

Dois das ações contrariam diretamente os interesses da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), maior bancada das Casas do Congresso, que encabeçou a maior derrota do governo, há duas semanas, derrubando com votação acachapante 14 vetos presidenciais. Embora a decisão de Lula de não sancionar o marco seja puramente simbólica, o presidente da bancada ruralista, Pedro Lupion (PP-PR), a classificou como “um desrespeito” aos congressistas.



Sobre o veto aos agrotóxicos, o mais polêmico foi a manutenção do Ibama e da Anvisa no processo de registro dos produtos. A bancada promete reagir. “Vamos derrubar esses vetos, é óbvio. Temos votos para isso”, disse Lupion.

Outra frente, a do Empreendedorismo, também viu no anúncio de Haddad uma afronta ao Legislativo. Tanto os vetos como a MP precisam do aval do Congresso, no ano que vem. Cosidrando-se as derrotas anteriores, não será possível ao governo reverter o cenário.

Lula demonstra não estar disposto a ceder em pautas prioritárias. Mas terá que enfrentar, em ano eleitoral, um Congresso com recorde de emendas e maior controle sobre sua distribuição.

### Uns riem...

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) fechou, ontem, acordos para reestruturação remuneratória de seis carreiras da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Os detalhes não foram divulgados, mas foram ajustados reajustes salariais em agosto de 2024, maio de 2025 e maio de 2026. Serão contempladas as carreiras de delegado, perito criminal, agente, escrivão, papiloscopista e de policial rodoviário.

Servidores da PF e da PRF estiveram mobilizados ao longo do ano cobrando o reajuste. Os policiais federais chegaram a apontar, em novembro, “descaso” do governo com a corporação e recorreram aos protestos e paralisações. Segundo o MGI, em 2023 foram firmados outros quatro acordos de reestruturação para servidores federais.

### ...e outros choram

Audidores Fiscais da Receita Federal lotados na Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) aderiram, ontem, à greve iniciada em 20 de novembro pela categoria. O órgão é essencial para a regulamentação da recém-aprovada Reforma Tributária e das medidas anunciadas pelo governo para aumentar a arrecadação em 2024 — como a tributação dos fundos dos super-ricos, das offshores e a MP da subvenção do ICMS.

Segundo a Unafisco Nacional, uma das entidades que representam a categoria, a adesão do órgão à greve é inédita e pode se refletir nas estimativas de arrecadação vindas da tributação.

### Falta combinar

Por causa da greve dos auditores, o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, era quem estava mais desconfortável na coletiva em que Haddad anunciou medidas para atingir o déficit zero, em 2024. Os servidores iniciaram a paralisação após o governo descumprir o acordo pelo pagamento do “bônus de eficiência”, que entrou no bolo das restrições orçamentárias.

Também desagradou aos auditores o fato de Barreirinhas ter acionado a Advocacia-Geral da União (AGU) para tentar barrar a greve. Agora, a categoria aposta na ousada meta fiscal do ano que vem para pressionar o governo, que depende da atuação da Receita para concretizar o aumento previsto na arrecadação.

Colaborou Rosana Hessel

## PODER

# Vetos a PL irritam ruralistas

Governo barra trechos do texto que definia nova forma para licenciamento de agrotóxicos. Parlamentares articulam reação

» HENRIQUE LESSA

A decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar 14 trechos do Projeto de Lei 1.459/22 — o chamado “PL do Veneno”, segundo os ambientalistas —, que definia uma nova forma de licenciamento de agrotóxicos, desagradou à bancada do agronegócio na Câmara. Os ruralistas se articulam para a derrubada dos vetos presidenciais, assim que forem retomados os trabalhos no Congresso.

Sancionada parcialmente, a lei aprovada pelo Congresso definia que a aprovação do uso de agrotóxicos na lavoura passava a ser competência apenas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) — conforme pretendiam os ruralistas. Com os vetos de Lula, a autonomia da pasta foi derrubada e foi mantida a competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Assim, as autarquias continuam a poder avaliar os impactos ao meio ambiente e à saúde da população em pedidos de novos registros ou na alteração das fórmulas dos químicos usados na produção de alimentos no país. Antes dos vetos, a Anvisa e o Ibama — presidido atualmente por Rodrigo Agostinho, aliado da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva — figuravam apenas como órgãos consultivos do ministério.

O projeto de lei original tramitou no Congresso por mais de 20 anos e sempre foi motivo de divergência entre ambientalistas e ruralistas. Nesse terceiro governo de Lula, o PL colocou em lados opostos o

ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, e Marina.

A aprovação do PL veio após alterações propostas pelo relator do texto no Senado, Fabiano Contarato (PT-ES). O autor do projeto original é o ex-senador Blairo Maggi, hoje um dos principais aliados de Lula junto ao agronegócio e padrinho da indicação de Fávaro.

O presidente vetou quatro artigos inteiros do PL. Um que colocava o Mapa como coordenador de “reanálises” de agrotóxicos e outros três que estabeleciam regras para a Taxa de Avaliação e Registro de agrotóxicos, que financiaria o Fundo Federal Agropecuário — o governo aponta que não foram definidos os valores a serem cobrados.

### Reúso de embalagens

Outro trecho vetado trata da concessão do registro automático a produtos antes mesmo da reanálise concluída. Também foi barrado um parágrafo que dispensava a obrigatoriedade dos fabricantes dos defensivos agrícolas de exibir nos rótulos a descrição dos produtos com o nome e advertência que proíbe a reutilização das embalagens.

A retirada da possibilidade de aprovação automática de registros nos casos de alteração de fórmulas de agrotóxicos, antes mesmo da conclusão dos processos de reanálise do risco, foi justificada pelas ameaças que traz. “A proposição é inconstitucional por colocar em risco os direitos à vida, à saúde e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”, salienta a justificativa.

Ainda assim, a nova Lei 14.785/23 acelera o trâmite dos registros, renovações e reavaliação de agrotóxicos. A análise deve ser concluída em até 24 meses.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Ato no Rio de Janeiro contra agrotóxicos. PL propunha dar controle do licenciamento ao Ministério da Agricultura

### » Justiça suspende ação de Dino

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), em São Paulo, suspendeu a queixa-crime movida por Flávio Dino contra o influenciador Bruno Aiub, o Monark, por críticas nas redes sociais. O ministro da Justiça alega que foi vítima de injúria e difamação. O youtuber usou o perfil no Rumble para rebater declarações de Dino sobre regulamentação das redes sociais, quando o ministro defendeu a regulação para prevenir ataques em escolas — como o da creche em Blumenau (SC), que deixou quatro crianças mortas. O desembargador Fausto Martin de Sanctis considerou que as declarações não justificam uma ação penal.

## Em nota, associação se diz “surpresa”

A CropLife Brasil — associação que representa a indústria de sementes e mudas, biotecnologia, defensivos químicos e biológicos — afirmou estar “surpresa” com os vetos ao Projeto de Lei 1.459/22, que dispõe sobre o novo marco legal dos defensivos, publicado ontem, como a Lei 14.785/23, no *Diário Oficial da União (DOU)*. Segundo nota divulgada pela entidade, “a versão original trazia avanços institucionais fundamentais para que o agronegócio seguisse com acesso às inovações tecnológicas presentes em diversos países produtores agrícolas mundiais”.

De acordo com a CropLife Brasil, vários pontos que o setor

considerava relevantes tinham caído na Câmara dos Deputados e no Senado, como condição para aprovação do PL. “Por tudo isso, nossa expectativa era de que o projeto, que representava o resultado de um debate democrático que envolveu diversos setores da sociedade ao longo dos últimos 24 anos, fosse aprovado na íntegra pela Presidência da República”, lamenta. A associação salientou, ainda, estar em contato com parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para avaliação dos vetos presidenciais no Congresso.

### Privilegio do Mapa

Entre os pontos vetados, a

CropLife destacou o da coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) sobre os processos de reanálise de defensivos e sobre pedidos de registro de produtos semelhantes durante esses processos. “A liderança da pasta garantiria maior previsibilidade para o setor privado e eficiência para a administração pública, sem renunciar aos rígidos critérios técnico-científicos dos órgãos de saúde, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e do meio ambiente, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)”, observa a nota da entidade.

Outro veto que causou

“estranheza” ao setor, considerado pela CropLife “relevante e injustificável”, foi a supressão do dispositivo que dispensa marca da empresa em alto relevo na embalagem do produto. Segundo a associação, o Brasil tem um dos sistemas mais avançados de logística reversa do mundo.

“O veto representa, portanto, apenas custo adicional sem qualquer benefício ao meio ambiente”, assegura.

A CropLife destaca, ainda, o veto à criação de uma taxa unificada, “que previa destinação para investimentos na estrutura das agências regulatórias e maior fiscalização de defensivos químicos agrícolas”.